



Fundação
CASA DO PAÇO



Relatório e Contas 2021

I - Introdução

“Promover serviços que contribuam para a satisfação das necessidades da pessoa idosa e do seu agregado familiar”.

Esta é a missão com que nos comprometemos perante toda a nossa comunidade. O nosso desígnio e a nossa ambição é continuarmos o nosso caminho, multiplicando, de forma sustentável, valor que contribua para o bem-estar de um número cada vez maior de pessoas.

A Fundação Casa do Paço é uma entidade com raízes sólidas e profundas, que permitiram alavancar a diversidade de respostas sociais, chegando junto daqueles que mais necessitam.

Certo que o nosso sucesso se deve, em grande parte, à nossa capacidade de cultivar uma cultura forte de apetência pela mudança, de resiliência, dinamismo e liderança. Mas a nossa visão ultrapassa as nossas raízes, ambicionamos mais, por isso, o crescimento é cada vez mais um objetivo e contamos já com muitas vitórias.

No futuro, para além disto, queremos também ser reconhecidos como uma organização que cria valor, chegando junto de toda a comunidade sénior, satisfazendo todas as suas necessidades.

O presente documento trata-se do Relatório e Contas de 2021 composto por um Relatório de Gestão, pelas Demonstrações Financeiras e respetivos Anexos.

Os resultados aqui apresentados, evidenciam que a Fundação Casa do Paço apresenta uma independência face a capitais alheios, uma equilibrada condição económica e financeira, desenvolvendo a sua atividade através de fundos próprios gerados na sua exploração.



II - Enquadramento Setorial

O envelhecimento da população é uma característica que apresenta especial incidência nos países desenvolvidos, nomeadamente nos países da Europa.

Esta afirmação baseia-se na publicação da Organização Mundial de Saúde que refere: "o envelhecimento da população pode ser um dos maiores triunfos da humanidade, mas é, também, um dos seus maiores desafios (O.M.S., 2002)."

Verifica-se um agravamento do envelhecimento populacional, devido à elevada esperança média de vida em paralelo com o decréscimo da natalidade.

À semelhança do que acontece na Europa, também em Portugal se começa a verificar um alargamento no topo da pirâmide demográfica e um estreitamento na sua base. Caminhamos para uma pirâmide demográfica invertida.

Devem ser tomadas medidas para contrariar esta situação, para além de se apostar na prevenção da doença e na promoção da saúde dos nossos idosos.

A institucionalização surge para colmatar a ausência e carência das redes de apoio informal, sendo que nessa prestativa assistimos a um gradual aumento de instituições que prestam este tipo de apoio.

As respostas sociais que a Fundação Casa do Paço disponibiliza, visam apoiar o idoso de modo apropriado, contribuindo para a estabilização e retardamento do seu envelhecimento. Contribuímos para a inclusão dos idosos na sociedade, para a manutenção das relações entre o idoso e a família e asseguramos que sejam prestados serviços adequados ao idoso enquanto ser único que tem expectativas.

Não existem respostas sociais perfeitas, todas elas apresentam vantagens e desvantagens. Como cada idoso tem as suas características, este e a sua família devem escolher o que mais se adequa a si e às suas necessidades.

No atual contexto português, a Fundação Casa do Paço assume cada vez mais um papel preponderante na vida dos idosos, prestando-lhe um serviço de qualidade.

III - A Fundação CASA DO PAÇO

A Fundação Casa do Paço assume-se como a concretização dum desígnio da família fundadora, mais precisamente, da Sr.ª D. Maria das Dores Ferreira de Castro, em colocar o seu património ao serviço da população mais desfavorecida em termos sociais.

Trata-se do seguimento das ações de solidariedade, que a Casa do Paço realizou durante décadas, de ajuda às pessoas mais desfavorecidas da freguesia de Airão S. João e freguesias circunvizinhas.

A concretização desta ideia teve como seguidores o Sr. Arcebispo D. António de Castro Xavier Monteiro, o Sr. Dr. José Maria de Castro, a Sr.ª D. Emília Magno de Castro Monteiro Salazar, Sr.ª Dr.ª Maria da Adoração de Castro Xavier Monteiro. A referida ideia deu origem à constituição da Fundação Casa do Paço no dia 02 de julho de 1991. A Fundação foi criada para dar apoio a diversos níveis à pessoa idosa, mais precisamente, através das respostas sociais Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. Tem como missão "promover serviços que contribuam para a satisfação das necessidades da pessoa idosa e do seu agregado familiar".

Trata-se de uma entidade com certificação de qualidade pelo normativo NP EN ISO 9001:2008 para todas as respostas sociais em funcionamento, desde 08 de fevereiro de 2011.

[Handwritten signatures and initials]

Organigrama



Missão

A Fundação Casa do Paço tem como missão promover serviços que contribuam para a satisfação das necessidades da pessoa idosa e do seu agregado familiar.

Valores

- Responsabilidade social: desenvolvimento da atividade de acordo com os princípios da responsabilidade social.
- Família: a atividade da Fundação Casa do Paço assenta no binómio utente-família.
- Participação/ Melhoria contínua: promovemos a participação dos colaboradores nas iniciativas de melhoria de métodos de trabalho e ambiente organizacional, assim como a participação dos nossos utentes, sob a forma de contributos para a melhoria da prestação dos serviços.
- Espírito de equipa/ Partilha de resultados: o nosso trabalho tem como ponto fulcral o conceito de equipa e da partilha dos resultados advindos do mesmo.

Visão

- Ser reconhecida pela comunidade como uma Instituição que desenvolve serviços de qualidade de apoio à pessoa idosa com base no binómio utente – família.
- Ser a primeira escolha das famílias do Concelho de Guimarães.

Política de Qualidade

- Cumprir os requisitos legais e da norma
- Satisfazer as necessidades dos clientes
- Melhoria continua
- Melhorar a satisfação e motivação dos colaboradores
- Melhorar o desempenho organizacional
- Melhoria da qualidade de vida dos clientes
- Melhorar o relacionamento entre organização e fornecedores

Respostas Sociais

A Fundação tem três respostas sociais em funcionamento:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (antiga resposta de Lar de Idosos)
- Serviço de Apoio Domiciliário (S.A.D.)
- Centro de Dia

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas comporta 46 utentes/clientes. O Serviço de Apoio Domiciliário (S.A.D.) 15 utentes e o Centro de Dia, 6

A primeira resposta social tem uma abrangência distrital. O SAD e o CD uma abrangência local, mais precisamente, as freguesias circunvizinhas da sede da Fundação. Freguesias, que se incluem no concelho de Braga (Escudeiros S. Pedro) e Vila Nova de Famalicão (Joane). As restantes são do Concelho de Guimarães (Airão S. João, Airão Santa Maria, Vermil, Oleiros S. Vicente, Leitões S. Martinho e Ronfe).

Análise Económica e Financeira

Em 2021, a Fundação Casa do Paço registou um Volume de Negócios (VN) de cerca de 489.597€ (mais 9.4% que em 2020: 447.525 mil €). A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas continua a ser a principal fonte de rendimentos, representando 93.8% da faturação total.

Os subsídios à exploração recebidos mantiveram-se praticamente iguais tendo registado um reduzidíssimo aumento, inferior a 1.000 euros (2021: 290.258 mil €; 2020: 289.309 mil€) sendo os subsídios mais representativos os da Segurança Social, que durante 2021 tiveram um decréscimo de 1.4%, (em 2021-277.708€ em 2020-281.667€) também os subsídios atribuídos pelo o IEFP no âmbito do PROGRAMA MAREES sofreram uma diminuição de 65% (em 2021- 2.665€ e em 2020-7.641€). Os restantes subsídios foram atribuídos pelo IAPMEI (9.588€), no âmbito do programa ADAPTAR SOCIAL, valor atribuído para fazer face às novas adaptações exigidas, ao aumento de custos e às necessidades acrescidas motivadas pela pandemia.

Os outros rendimentos e ganhos aumentaram cerca 15 mil €. Este aumento deve-se à atualização do valor das rendas recebidas (aumento de 5.600€), aumento dos subsídios ao investimento por parte da Camara Municipal (aumento de 4.000€), aos donativos (aumento de 3.418€), os restantes rendimentos, nomeadamente indemnizações recebidas, os

Financeiramente, permanece equilibrada sendo a Autonomia Financeira de 76%. O Ativo Total ascende a cerca de 1.177 mil €, concentrado em ativo não corrente (89%) nomeadamente ativos fixos tangíveis (77%), bens de património histórico e cultural (14%) e em propriedades de investimento e investimentos financeiros (9%).

No passivo, a contribuição dos fundadores e associados mantém-se constante em 156.790€ e é responsável por 56% do passivo, as outras contas a pagar representam 30% do total e referem-se às férias e subsídio de férias dos funcionários já vencidas que serão pagos em 2022, em cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, ao dinheiro a guarda dos utentes. As dívidas a fornecedores e ao Estado representam apenas 14% do passivo.

Não existe financiamentos de instituições de crédito.

Não existem quaisquer dívidas em situação de mora, quer ao estado e outros entes públicos quer a entidades privadas.

Conclusão

A Fundação Casa do Paço apresenta em 2021, uma equilibrada condição financeira com uma autonomia financeira muito elevada (76%), isto é, consegue-se autofinanciar. Em termos económicos, a Instituição desenvolveu uma gestão eficiente dos recursos humanos, e propõe-se continuar na mesma linha de orientação da sua gestão.

Contudo, devido à pandemia de COVID-19 que permanece desde 2020, as restrições e medidas impostas trouxeram enormes encargos para todas as instituições.

Proteger os idosos, pessoas débeis e vulneráveis, obrigou a medidas rigorosas de isolamento, proteção e higienização.

Toda organização e gestão foi pensada com um único objetivo: proteger o utente de eventuais contágios. Todas estas medidas acarretam um aumento de custos sem o correspondente aumento de receitas.



reembolsos de IVA, consignação de IRS e os descontos de pronto pagamento aumentaram 2.175€.

Quanto aos gastos totais, verificou-se um aumento de 66 mil €.

O CEVMC-géneros alimentares registou um aumento de 11.277€ (mais 12% que em 2020),

Os gastos com medicamentos e produtos de incontinência diminuíram 17% (em 2021- 25.602€ e em 2020-30.878€

Os fornecimentos e serviços externos, excluindo os gastos com medicamentos e produtos de incontinência, diminuíram 4% (-8mil € que em 2020) devido essencialmente à diminuição dos subcontratos-trabalho temporário (-7mil €), diminuição dos materiais (-3 mil€), em contrapartida tivemos um aumento dos serviços especializados (+2 mil €), aumento da energia e outros fluidos em resultado do aumento do preços da eletricidade e combustíveis(+6.6 mil)

Em 2021 verificou-se um aumento de 15.56% nos gastos com o pessoal (+74.393€ que em 2020) sendo resultante da atualização dos salários e respetivos encargos para a Segurança Social.

Os gastos de depreciações e amortizações aumentaram 5.416€ em resultado das amortizações do investimento efetuado em 2021, os equipamento de transporte aumentaram 24.567€ e o equipamento administrativo aumentou 1.822€.

Em termos globais, houve um aumento de cerca de 66.543€ nos gastos (+8.45%) e um aumento de 58.365€ nos rendimentos (+7.6%).

Houve um aumento nos custos superior ao aumento dos proveitos que se traduziu num agravamento do resultado negativo. O resultado negativo foi de 26.442€ tendo aumentado 44.7% face ao resultado de 2020.

O ano de 2021 foi difícil para o país em geral e em particular para as IPSS resultado da pandemia, que motivou o Estado de Emergência e a implementação de medidas apertadas de proteção, higienização e isolamento dos utentes, funcionários e toda a comunidade. O acréscimo dos gastos não foi acompanhado pelo aumento das mensalidades dos utentes, e para agravar a situação temos o aumento das dividas, nomeadamente a dívida de um utente em particular que já ascende a 17.616,58€, o que se traduziu num resultado negativo de 26.442€.



Recursos Humanos

A Fundação tem 36 funcionários no seu quadro de recursos humanos, distribuídos da seguinte forma:

- 02 Diretores Técnicos afetos às três respostas sociais.
- 02 Colaboradores na “Área Administrativa”: uma escriturária e uma rececionista.
- 02 Animadora Sociocultural afetas às três respostas sociais (área sociocultural).
- 01 Coordenadora de Pessoal afeta às respostas sociais E.R.P.I. e C.D.
- 16 Ajudantes de ação direta afetas à Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, com uma organização de trabalho em regime de turnos rotativos.
- 05 Colaboradores ligados com a “Área de Produção Alimentar”, vulgo cozinha, responsáveis pela produção da alimentação para as três respostas sociais. A organização do trabalho é em regime de 2 turnos.
- 01 Colaboradora afeta ao Centro de dia.
- 02 Colaboradores afetos ao Serviço de Apoio Domiciliário.
- 02 Colaboradores de serviços gerais ligados com os trabalhos de limpeza geral e lavandaria.
- 02 Enfermeiras afetas a duas respostas sociais.
- 01 Fisioterapeuta a meio tempo, afeta à resposta social de ERPI.

Para além destes colaboradores ainda existem os prestadores de serviços, mais precisamente, um médico e um jardineiro.



Informações Legais

De acordo com DL nº 534/80, de 7 Dezembro, declaramos que não existem dívidas em mora ao setor público estatal. Também declaramos, de acordo com o exigido no DL 411/91, de 17 de Outubro, não haver dívidas em mora à Segurança Social, nem acordos de pagamento de dívidas em prestações.

Evolução Futura

Para o próximo triénio (2022-2025), a Fundação Casa do Paço prevê um agravamento da situação económica derivada dos impactos da pandemia -COVID19, ao agravamento da inflação em resultado do aumento dos custos energéticos e da guerra na Ucrânia. A instituição está a acompanhar a evolução do vírus, visando:

- Salvaguardar a vida e a saúde dos utentes e trabalhadores através de aconselhamento preventivo eficaz sobre os cuidados de saúde e disponibilização de informação e meios de proteção adequados.

Dada a escassa informação existente até ao momento sobre a severidade quer da potencial epidemia, quer das medidas preventivas que os governos possam vir a tomar, é extremamente difícil quantificar com razoável grau de confiança quaisquer impactos financeiros. A fundação irá continuar a monitorizar a ameaça e as suas implicações na instituição e facultar toda a informação necessário aos seus colaboradores.

Considerações Finais

Expressamos o nosso agradecimento aos Clientes/Utentes, Colaboradores, Fornecedores, Instituições Bancárias e a todas as instituições que nos apoiam.

Guimarães (Airão S. João), 17 de maio de 2022.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Margarida Fernandes Oliveira Salgado

(Maria Margarida Fernandes Oliveira Salgado-Presidente)

P. Marc Rodrigues Monteiro

(Pe. Marc Rodrigues Monteiro-Secretário)

José Adelino Azevedo de Matos

(José Adelino Azevedo de Matos -Tesoureiro)

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Maria Antónia Lopes Dias

(Maria Antónia Lopes Dias)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2021

FUNDAÇÃO CASA DO PAÇO

BALANÇO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		950.141,79	964.539,70
Investimentos financeiros		95.076,93	93.921,52
		1.045.218,72	1.058.461,22
Ativo corrente			
Inventários		16.993,92	10.422,60
Clientes		18.339,96	12.630,51
Estado e outros entes públicos			
Outros créditos a receber		1.000,00	1.000,00
Diferimentos		2.035,62	1.795,85
Caixa e depósitos bancários		93.410,79	87.906,88
		131.780,29	113.755,84
Total do ativo		1.176.999,01	1.172.217,06
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		250,00	250,00
Outras reservas		896.906,85	896.906,85
Resultados transitados		23.687,89	60.815,45
Resultado líquido do período		-26.442,45	-18.265,33
Total do capital próprio		894.402,29	939.706,97
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores		26.617,84	11.210,29
Estado e outros entes públicos		12.330,26	11.224,53
Outros passivos correntes		243.648,62	210.075,27
		282.596,72	232.510,09
Total do passivo		282.596,72	232.510,09
Total do capital próprio e do passivo		1.176.999,01	1.172.217,06

A Contabilista Certificada

Fernando Antunes

A Administração


Patrícia Passarada Fernandes Oliveira Salgado
P. Maria Rodrigues Monteiro



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2021	31.12.2020
Vendas e serviços prestados		489.596,63	447.525,34
Subsídios à exploração		290.258,18	289.309,02
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-94.371,74	-91.092,01
Fornecimentos e serviços externos		-154.584,68	-171.546,92
Gastos com o pessoal		-552.448,83	-478.055,35
Outros rendimentos		47.710,60	32.360,94
Outros gastos		-9.158,92	-8.601,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		17.001,24	19.899,22
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-43.339,15	-37.923,33
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-26.337,91	-18.024,11
Juros e rendimentos similares obtidos		21,14	25,63
Juros e gastos similares suportados		-125,68	-266,85
Resultados antes de impostos		-26.442,45	-18.265,33
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-26.442,45	-18.265,33



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		474.194,51	431.934,41
Pagamentos a fornecedores		-262.975,47	-277.140,05
Pagamentos ao pessoal		-350.460,43	-326.127,87
Caixa gerada pelas operações		-139.241,39	-171.333,51
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-31.180,00	-29.655,22
Outros recebimentos / pagamentos		165.884,49	184.430,79
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-4.536,90	-16.557,94
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Activos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	0,00
<i>Outros activos</i>		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Activos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		10.000,00	4.400,00
<i>Outros activos</i>		0,00	0,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		0,00	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		46,95	6,00
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		10.046,95	4.406,00
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		0,00	0,00
<i>Cobertura de prejuízos</i>		0,00	0,00
<i>Doações</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Juros e gastos similares</i>		-6,14	0,00
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-6,14	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)			
		5.503,91	-12.151,94
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		87.906,88	100.058,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		93.410,79	87.906,88



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2021

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2021

(Montantes expressos em Euros)

1 | Identificação da entidade:

1.1 | Designação da entidade: Fundação da Casa do Paço

1.2 | Sede: Rua Arcebispo António de Castro Xavier Monteiro nº 1363, Airão S. João, 4805-493 Guimarães.

1.3 | Natureza da atividade: Ação social para idosos com alojamento (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário).

1.4 | Designação da empresa-mãe: não aplicável.

1.5 | Sede da empresa-mãe: não aplicável.

2 | Referencial Contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras:

2.1 | Referencial Contabilístico:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março que veio aprovar o regime de normalização contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

A adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) correspondem às publicações através do anexo nº 10 da Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, documento esse que constitui uma compilação das divulgações exigidas para as designadas Pequenas Entidades, tal como definidas no Decreto-Lei nº 158/2009, constando na Portaria nº 105/2011, de 14 de Março apenas as alterações que decorrem das especificidades das ESNL. As NCRF-ESNL foram aplicadas pela primeira vez em 2011 e retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é de 1 de Janeiro de 2010 e a Fundação Casa do Paço preparou o seu balanço de abertura a essa data.



A Fundação Casa do Paço alterou as demonstrações financeiras de 2010, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico em vigor em Portugal (Plano de Contas das Instituições de Solidariedade Social – PCIPSS) de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2011.

O conjunto dos normativos que integram NCRF-ESNL foi utilizado pela primeira vez em 2011 para a elaboração das demonstrações financeiras completas, de acordo com o referido no ponto 2.4. deste anexo, passando a constituir o referencial de base para períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 01 de Janeiro de 2010, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

2.2 | Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições ao SNC, mais concretamente no âmbito das ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

3 | Principais políticas contabilísticas:

3.1 | Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir de livros e registos contabilísticos da Fundação Casa do Paço, de acordo com as NCRF.

3.2 | Outras políticas contabilísticas: não aplicável.

3.3 | Principais pressupostos relativos ao futuro: não aplicável.

3.4 | Principais fontes de incerteza das estimativas: não aplicável.

4 | Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

4.1 | Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

- a) **A natureza da alteração na política contabilística:** As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir de livros e registos contabilísticos da Fundação Casa do Paço, de acordo com as NCRF.
- b) **A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos:** não aplicável.
- c) **A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável:** não aplicável. No total do Balanço e da Demonstração de Resultados os ajustamentos totais foram nulos.
- d) **As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária:** não aplicável (ver ponto c).

5 | Ativos fixos tangíveis:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao **custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.**

As **depreciações** são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com **o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.**

17/12/2023
[Handwritten signature]

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são **revistos anualmente**. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido, prospectivamente, na demonstração de resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação, ou abate de um ativo fixo tangível são determinadas pela diferença entre o justo valor do montante recebido na transação, ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escrituradas do ativo e é reconhecido em resultados no período, em que ocorre o abate, ou alienação.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

	Bens do domínio público	Bens do patrimônio HAC	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos				
Saldo inicial	0,00	147.832,57	1.894.901,09	2.042.733,66
Adições	0,00	0,00	28.703,44	28.703,44
Exercícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Revalorizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	147.832,57	1.923.604,53	2.071.437,10
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	0,00	0,00	1.077.956,16	1.077.956,16
Depreciações do exercício	0,00	0,00	43.339,15	43.339,15
Perdas por imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões de perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e abates	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	0,00	1.121.295,31	1.121.295,31
Ativos líquidos	0,00	147.832,57	802.309,22	950.141,79

5.2 | As demonstrações financeiras devem também divulgar:

a) A existência e quantias de restrições de titularidade e ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos:

Não aplicável.

b) A quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:

Não aplicável.

5.3 | Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

a) A data de eficácia da revalorização: Não aplicável.

b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização: Não aplicável.



5.4 | Montante e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural: 147.832,57 € relativamente a arte sacra.

6 | Ativos intangíveis:

Não aplicável

6.3 | Dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.

Não aplicável

6.4 | Ativos intangíveis de carácter ambiental:

Não aplicável

7 | Locações: (não se aplica)

Não existem bens em regime de locação financeira.

8 | Custos de empréstimos obtidos:

Não aplicável

9 | Inventários:

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O método de custeio utilizado na movimentação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é o **custo médio ponderado**.

Não existem inventários dadas como penhor de garantia a passivos.

10 | Rédito:

O rédito proveniente das vendas de bens, prestação de serviços e uso por outros de ativos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos encontra-se mensurado pelo **justo valor** da retribuição recebida, ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador, ou utente do ativo, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade.

A Fundação Casa do Paço apenas reconhece o rédito da prestação de serviços e dos juros obtidos de ativos.

O **rédito da prestação de serviços** é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que estejam as seguintes condições sejam satisfeitas: o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; é provável que benefícios futuros associados à transação fluam para a Empresa; os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade e a fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurado com fiabilidade.

O **rédito de juros** é reconhecido utilizando o método do juro efetivo desde, que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

RUBRICAS	2021	2020
Vendas de bens	0,00	0,00
Prestação de serviços	489.596,63	447.525,34
Juros	21,14	25,63
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	489.617,77	447.550,97

11 | Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando a Fundação tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Nos exercícios de 2021 e 2020 não foram reconhecidas pela Fundação Casa do Paço quaisquer provisões.



12 | Subsídios do Governo e apoios do Governo:

Os subsídios do Governo, incluindo os subsídios não monetários, são inicialmente **reconhecidos no balanço como componente dos Fundos Patrimoniais**, e subseqüentemente **imputados numa base sistemática como rendimentos** durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, na proporção das amortizações efetuadas em cada período, tal como referido no ponto 14.9 da NCRF-ESNL.

A Fundação Casa do Paço beneficiou de subsídios governamentais do **Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social**, relativos aos Acordos de Cooperação em vigor para as respostas sociais.

Relativamente ao valor dos subsídios em **2021**, recebeu o montante de **290.258,18€** e em **2020**, **289.309,02€**. Os montantes dos referidos subsídios por resposta social foram os seguintes:

Subsídios do Governo- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
Respostas Sociais	2021	2020
Lar de Idosos	215.641,08	213.075,44
Centro de Dia	18.452,80	25.040,70
Serviço de Apoio Domiciliário	43.614,78	43.551,00
Apoio IEFP - MAREESS	2.665,77	7.641,88
Programa Adaptar Social	9.588,00	0,00
Apoio IAPMEI	295,75	
Total	290.258,18	289.309,02

13 | Efeitos de alterações em taxas de câmbio:

Não aplicável.

14 | Impostos sobre o rendimento:

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

[Handwritten signature]
17/71

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para vigorar à data expeável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente, quando existem expeativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto, ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

A Fundação Casa do Paço não reconheceu impostos diferidos, nem impostos sobre o rendimento do período.

15 | Instrumentos financeiros:

Não aplicável.

16 | Benefícios dos empregados:

Os benefícios de curto-prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto-prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se a 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto-prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão da Fundação, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

16.1. Pessoas ao serviço e horas trabalhadas:

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS		
Descrição	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:		
Pessoas REMUNERADAS ao serviço da empresa	36	60.953
Pessoas NÃO REMUNERADAS ao serviço da empresa	0	
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:		
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO COMPLETO		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	36	60.953
Pessoas ao serviço da empresa a TEMPO PARCIAL:		
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:		
Homens	0	0
Mulheres	31	47.449
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:		
Pessoas ao serviço da empresa, afetas à investigação e desenvolvimento	0	0
Prestadores de serviços	2	450
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0

16.2 | Número de membros dos órgãos de gestão e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

A Fundação Casa do Paço é constituída por dois órgãos de gestão, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Nomeação dos Corpos Gerentes:

No dia 20 de maio de 2019 foram nomeados novos Corpos Gerentes para os Órgãos Sociais da Fundação Casa do Paço:

Conselho de Administração

Presidente: Maria Margarida Fernandes Oliveira Salgado

Secretário: Pe. Marc Rodrigues Monteiro

Tesoureiro: José Adelino Azevedo de Matos

Conselho Fiscal:

Presidente: Dr. Alberto Monteiro Guedes

Secretária: Maria da Conceição Ribeiro Ramos Barbosa

Órgão de Vigilância: Pe. Constantino Matos de Sá

O Órgão de Vigilância foi introduzido pela alteração dos Estatutos efetuada em 05 de Fevereiro de 2013. Presente também, na última revisão dos Estatutos aprovados por Decreto da Cúria Arquiepiscopal de Braga no dia 10 de Novembro de 2015 (Processo 3593/2015). Este órgão é ocupado pelo titular do Arciprestado de Guimarães/Vizela, de acordo com os Estatutos em vigor. A presente provisão foi homologada pela Cúria Arquiepiscopal, no dia 20 de maio de 2019, sob o registo n.º 386/2017 e é válida até 20/05/2023.

17 | Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

Fluxo de Caixa			
	Débito	Crédito	Saldo
11 Caixa			
111 Caixa sede	1.294,49	0,00	1.294,49
12 Depósitos à ordem			
121 C.G.D.	92.116,30	0,00	92.116,30
Total	93.410,79	0,00	93.410,79

18 | Outras informações

Fornecimento e serviços externos	2021	2020
Subcontratos	0,00	7.599,50
Trabalho Temporário	0,00	7.599,50
Serviços especializados	40.561,16	38.528,36
Trabalhos especializados	19.901,69	15.744,81
Publicidade e propaganda	0,00	0,00
Vigilância e segurança	1.353,00	1.476,00
Honorários	5.880,00	6.420,00
Comissões	80,35	0,00
Conservação e reparação	12.890,40	13.702,85
Outros	455,72	1.184,70
Materiais	4.116,59	7.231,62
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.349,54	5.158,89

Livros e documentação técnica	0,00	19,00
Material de escritório	1.539,08	1.531,73
Artigos para oferta	227,97	284,54
Material Didático	0,00	237,46
Energia e fluidos	56.861,26	50.171,20
Eletricidade	15.664,99	13.636,46
Combustíveis	8.589,53	6.873,47
Água	4.596,65	7.223,67
Gás Propano	27.970,02	22.437,60
Outros	40,07	0,00
Deslocações, estadas e transportes	411,55	381,49
Transporte de Pessoal	0,00	46,05
Transporte de Utentes	411,55	335,44
Transporte de mercadorias	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Serviços diversos	52.634,12	67.634,75
Rendas e alugueres	0,00	0,00
Comunicação	1.845,04	678,49
Seguros	4.045,72	2.266,46
Royalties	0,00	0,00
Contencioso e notariado	153,75	50,00
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	17.460,75	18.011,79
Outros serviços	29.128,86	46.628,01
	154.584,68	171.546,92

Fornecimentos e Serviços Externos

Outros Rendimentos e Ganhos

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2021	2020
Rendimentos suplementares	156,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.211,90	26,99
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	10.000,00	4.400,00
Outros	32.289,55	23.905,22
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00
Excesso da estimativa para impostos	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	0,00	0,00
Ganhos em outros instrumentos financeiros	0,00	0,00
Restituição de impostos	3.053,15	4.028,73
Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
Outros não especificados	0,00	0,00
Juros obtidos	21,14	25,63



De depósitos	0,00	0,00
De outras aplicações de meios financeiros líquidos	0,00	0,00
De financiamento concedidas a associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
De financiamento concedidos a subsidiárias	0,00	0,00
De outros financiamentos obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	47.731,74	32.386,57

Outros Gastos e Perdas

OUTROS GASTOS E PERDAS	2021	2020
Impostos	1.537,23	513,19
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	7.081,69
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	5.294,23	0,00
Donativos	0,00	750,00
Quotizações	269,20	49,20
Ofertas e amostras de inventários	0,00	0,00
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	0,00
Perdas em instrumentos financeiros	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros não especificados	2.058,26	207,72
Juros suportados	84,54	266,85
Outros juros	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	41,14	0,00
Outros	0,00	0,00
	9.284,60	8.868,65

